

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.737 - MG (2019/0297729-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : LUCIENY MARLY BALBINO CORREA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

A recorrente alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura, por considerar inidônea a motivação adotada para converter sua prisão em flagrante, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, em custódia preventiva.

Indefiro o pedido liminar.

Em análise perfunctória - inerente a esta fase processual -, noto que, ao converter o flagrante em prisão preventiva, o Juízo de primeiro grau ressaltou a apreensão, em poder da acusado **"52 (cinquenta e dois) comprimidos de ecstasy, 12 (doze) pinos de cocaína, 03 (três) porções de maconha e 01 (um) canivete com resquício desta droga, os quais, segundo ela, teria sido adquiridos na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de revendê-lo" (fl. 27)".**

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea, baseada em elementos concretos dos autos, para justificar a custódia preventiva do réu, diante dos indícios de habitualidade do comércio espúrio.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente a respeito da eventual prolação de sentença ou concessão de liberdade provisória ao réu, com o envio de cópia do ato decisório, **via malote digital.**

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

